

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Carlos Moura/Agência Senado



Presidente do Senado convocou sessão para o dia 30

Senado acende forno para queimar CPMI do Master

Ligado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o forno do Congresso deverá assar a pizza de diminuição de penas de condenados por golpismo, esquentar a indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal e queimar a CPMI do Banco Master. A assessoria de Alcolumbre anunciou a convocação de sessão do Congresso para o dia 30 "com um único item na pauta", a análise do veto do presidente Lula (PT) ao chamado projeto da dosimetria.

Pelo regimento do Congresso, a CPMI, que conta com número mínimo de assinaturas, teria que ser criada de maneira automática em caso de sessão do Congresso. Mas um acordo deve driblar a norma.

Deixa pra lá...

Parlamentares da oposição ouvidos pela coluna admitem que não irão exigir a instalação da CPMI, que foi puxada pelo próprio PL. O requerimento para sua instalação foi protocolado no dia 3 de fevereiro pelo deputado Carlos Jordy (PL-RJ), aliado de Jair Bolsonaro.

Pré-candidato à Presidência da República, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) assinou o pedido de criação da CPMI, mas depois a classificou de "ilegal".

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Jordy é autor do pedido de CPMI

PT: silêncio por Messias

O governo, que nunca se animou com a CPMI, também não deverá fazer barulho. Demonstra alívio com a negociação que deverá gerar a aprovação de Jorge Messias para o STF. Parlamentares do PT evitaram assinar a proposta de Jordy, focada na investigação do STF, em particular, Alexandre de Moraes.

Muitos petistas também não se comprometeram com a criação de uma outra CPMI sobre o Master, que propõe investigação mais ampla: o pedido é das deputadas Fernanda Melchionna (PSOL-RS) e Heloísa Helena (Rede-RJ).

Liberdade

"O mais importante agora é a liberdade", justificou um parlamentar do PL para justificar a decisão da oposição de não exigir a instalação da CPMI.

Em 2019, o ministro Dias Toffoli, suspeito de ter sido beneficiado pelo Master, tomou decisão que, na prática, interrompeu investigações sobre rachadinhas no gabinete de Flávio Bolsonaro.

Criação automática

O regimento do Congresso é claro: diz que CPMIs "serão criadas em sessão conjunta, sendo automática a sua instituição se requerida por 1/3 (um terço) dos membros da Câmara dos Deputados mais 1/3 (um terço) dos membros do Senado Federal". É mais fácil criar uma CPMI do que uma CPI em uma das casas.

Preocupados

A criação de uma CPMI sobre o Master preocupa diversos integrantes do Congresso, entre eles, o próprio Alcolumbre. Ele é aliado do governo do Amapá, que investiu R\$ 400 milhões na compra de papéis do Master. Escritórios de advocacia de Antonio Rueda, presidente do União, receberam R\$ 6,4 milhões.

Fraqueza de Moraes

A pizza que está para ser assada conta também com o desgaste do STF, principalmente do ministro Alexandre de Moraes, relator dos processos sobre articulação e atos golpistas. Acuado por suspeitas relacionadas ao Master, ele perdeu força para brigar contra a redução de penas dos condenados.

Com vista fere...

Ao adiar a definição do processo de escolha do governador-tampão do Estado do Rio, o ministro Flávio Dino deu o troco na mesma moeda ao colega Kassio Nunes Marques. No dia 10 de março, este interrompeu, com um pedido de vista, o julgamento que poderia levar à cassação do então governador Cláudio Castro (PL).

Alinhados

Ao insistirem em votar pelas eleições indiretas mesmo diante do pedido de vista de Dino, Marques e André Mendonça, reafirmaram o alinhamento com Castro que já haviam demonstrado no TSE. Luiz Fux, outro que optou pelas indiretas, foi o único na Primeira Turma do STF a ficar ao lado dos líderes do golpe.

Vingança

O voto de Cármen Lúcia, na mesma linha dos três colegas, foi motivado por outra razão. Presidente do TSE, ela se sentiu desrespeitada com a decisão do STF de julgar o caso antes da publicação de acórdão da Justiça Eleitoral. Ontem, Dino tentou consertar sua posição manifestada na véspera, mas não colou.



Parecer de Weverton Rocha será favorável a Jorge Messias

Sabatina de Jorge Messias será dia 29 de abril na CCJ

No dia seguinte, Congresso discutirá veto à dosimetria

Por Gabriela Gallo

Após meses de espera, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal agendou a sabatina do advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, para ocupar a cadeira que resta no Supremo Tribunal Federal (STF) para o dia 29 de abril, última quarta-feira do mês, no período da manhã.

O pedido da indicação de Messias foi entregue à CCJ nesta quinta-feira (9) pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). O relator do caso é o vice-líder do governo no Senado, senador Weverton Rocha (PDT-MA). A previsão é que ele já apresente seu relatório para a comissão na próxima quarta-feira (15).

Sendo o nome de Jorge Messias aprovado na CCJ, ele seguirá direto para análise no plenário do Senado. Para ser aprovado na CCJ, Messias precisa do apoio de 14 dos 27 membros da Comissão de Constituição e Justiça. No plenário, precisa do apoio de ao menos 41 senadores.

Weverton também adiantou que apresentará um relatório favorável para a aprovação do nome de Messias. "Quero adiantar, e já tinha dito isso antes: ele preenche todos os requisitos, tem notório saber jurídico e reputação ilibada. É advogado-geral da União, é uma pessoa jovem que tem uma carreira brilhante, então

adianto que vou apresentar o relatório a favor da sua aprovação", reiterou Weverton Rocha.

Por meio de nota divulgada para a imprensa Jorge Messias agradeceu a Alcolumbre, Weverton Rocha e ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, senador Otto Alencar (PSD-BA), destacando que recebeu o calendário de sua sabatina com "otimismo e serenidade".

"Até a data da sabatina, permanecerei buscando o diálogo franco e aberto com todos os 81 senadores, de forma respeitosa, transparente e propositiva", reiterou o advogado-geral da União, por meio de nota.

Messias disputará a cadeira deixada pelo ex-ministro da Suprema Corte Luis Roberto Barroso, que se aposentou antecipadamente do STF em outubro do ano passado. Desde então, a Corte segue atuando com dez ministros, um a menos, enquanto um substituto não é anunciado.

No mesmo dia em que encaminhou para a CCJ a sabatina de Messias, Davi Alcolumbre também convocou uma sessão conjunta no Congresso Nacional para o dia 30 de abril. De acordo com o presidente do Congresso Nacional, a sessão terá um único item na pauta: o veto 3/2023, referente ao chamado PL da Dosimetria, que reduz a dosimetria das penas dos condenados de participarem dos atos antidemocráticos.